

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

Art. 241

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
União poderá instituir contribuição de que trata este artigo não ex-
missão de valores e de créditos e direitos a
quota da contribuição de que trata este artigo não ex-
o centésimos por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la
ecê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei.
contribuição de que trata este artigo não se aplica o disposto nos
153, § 5º, e 154, I, da Constituição.
O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo ser-
tinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamen-
ações e serviços de saúde.
A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordin-
art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada
Brasília, em 15 de agosto

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação



Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.

1 – Sugestões localizadas¹

Não foram localizadas sugestões sobre a matéria.

2 – Audiências públicas

Não foram localizadas audiências públicas específicas sobre o tema.

3 – Subcomissões temáticas

FASE A – Anteprojeto do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	Não foram localizadas emendas.
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	A matéria não foi localizada nesta Fase.

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço:
http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

4 – Comissões temáticas

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	Não foram localizadas emendas.
FASE F – Substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASE G – Emenda ao substitutivo	Não foram localizadas emendas.
FASE H – Anteprojeto da comissão	A matéria não foi localizada nesta fase.

5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	Não foram localizadas emendas.
FASE L – Projeto de Constituição	A matéria não foi localizada nesta fase.
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Total de emendas localizadas: 2. (consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)
FASE P – Segundo substitutivo do relator	A matéria não foi localizada nesta Fase.

6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou	A matéria não foi localizada nesta Fase.
---	--

FASE R Ato das Disposições Transitórias	
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	<p>Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão² nº 02045, art. 67.</p> <p>Requerimento de destaque/fusão de emendas. A fusão foi aprovada. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 30/06/1988, a partir da p. 11793.</p>
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	<p>Art. 26 ADCT. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 40, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 140 da Constituição.</p> <p>Nota: sobre a redação deste artigo, ver Errata apresentada pelo Relator, disponível no volume 300, a partir da p. 4.</p> <p>Publicada também no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 09/07/1988, a partir da p. 11921.³</p>
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	<p>Total de emendas localizadas: 4. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)</p>
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<p>Art. 240. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 38, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.</p>

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	<p>Total de emendas localizadas: 1. (consulte a íntegra da emenda da Fase W ao final deste documento).</p>
FASE X – Projeto D – redação final	<p>Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.</p> <p>Nota: na Comissão de Redação houve renumeração de artigos.</p>

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

³ Sobre a matéria, ver também pronunciamento do constituinte Paulo Ramos (PMDB-RJ), publicado no [Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 02/08/1988](#), p. 12239.

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE⁴

FASE M

EMENDA:02069 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

Texto:

Emenda aditiva

Dispositivo emendado: Parágrafo único do artigo 255.

Ao parágrafo único do artigo 255, acrescido de dois incisos, dê-se a seguinte redação:

Art. 255.

Parágrafo único. A lei disporá sobre a carreira de Delegado de Polícia, aberta aos bacharéis em Direito por meio de prévio concurso público de provas e títulos, assegurando a seus integrantes as garantias de:

I - inamovibilidade, salvo motivo de interesse público relevante, por decisão do Conselho Superior de Polícia;

II - irredutibilidade de remuneração e paridade dela com os órgãos do Ministério Público correspondente.

Justificativa:

A segurança pública é, hoje, assunto prioritário em qualquer meta de Governo. É necessário que se tenha uma preocupação muito grande no momento de traçar normas constitucionais a respeito de funcionamento das polícias, para que elas estejam à altura de realizar serviços de segurança que correspondam aos anseios da comunidade. Para tanto, entre outras providências, é indispensável dotar o Delegado de Polícia, como autoridade de polícia judiciária, de certas garantias capazes de colocá-lo fora de influência subalternas e injunções políticas e outras ordens. Por isso é medida de alto alcance a concessão das garantias de inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimento. Por outro lado, nada mais justo que a paridade proposta, em face da semelhança das funções de polícia e de Ministério Público.

Parecer:

A emenda propõe a inclusão de dois itens ao art.255.

Entendemos ser a matéria para lei ordinária.

Pela rejeição.

EMENDA:18559 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

Texto:

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 255.

Ao parágrafo único do artigo 255, acrescido de dois incisos, dê-se a seguinte redação:

Art. 255

⁴ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada-o-processo-constituente

Parágrafo único - A lei disporá sobre a carreira de delegado de polícia, aberta aos bacharéis em direito por meio de prévio concurso público de provas e títulos, assegurando a seus integrantes as garantias de:

I - inamovibilidade, salvo motivo de interesse público relevante, por decisão do conselho superior de polícia;
II - irredutibilidade de remuneração e paridade com os órgãos do Ministério Público correspondente.

Justificativa:

A segurança pública é, hoje, assunto prioritário em qualquer meta de Governo. É necessário que se tenha uma preocupação muito grande no momento de traçar normas constitucionais a respeito de funcionamento das polícias, para que elas estejam à altura de realizar serviços de segurança que correspondam aos anseios da comunidade. Para tanto, entre outras providências, é indispensável dotar o Delegado de Polícia, como autoridade de polícia judiciária, de certas garantias capazes de colocá-lo fora de influência subalternas e injunções políticas e outras ordens. Por isso é medida de alto alcance a concessão das garantias de inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimento. Por outro lado, nada mais justo que a paridade proposta, em face da semelhança das funções de polícia e de Ministério Público.

Parecer:

A emenda adiciona dispositivo ao parágrafo único do art. 255 que trata da carreira de Delegado de Polícia, matéria que entendemos ser de lei ordinária. Pela rejeição.

FASE O

EMENDA:22637 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO REZEK (PMDB/SP)

Texto:

Projeto de Constituição - Substitutivo do Relator
Emenda Aditiva

Acrescente-se § 4o. ao art. 194, do Substitutivo, com a seguinte redação:

"Art. 194

§ 4o. Lei especial disporá sobre a carreira de Delegado de Polícia, acessível aos Bacharéis em Direito por meio de concurso público de provas e títulos, assegurando garantias, direitos, vencimentos, prerrogativas e vedações conferidas, por esta Constituição, aos membros do Ministério Público."

Justificativa:

O que a presente Emenda pretende visa a atender justas e antigas aspirações dos Delegados de Polícia.

Parecer:

A emenda propõe alteração do art. 194. Entendemos, que, na forma como se encontra no texto do substitutivo a matéria é mais clara e abrangente. Pela rejeição.

FASE S

EMENDA:00764 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT/RS)

Texto:

Acrescente-se ao Art. 169 do Projeto de Constituição o seguinte parágrafo:
"É assegurado aos integrantes da carreira de delegado de polícia o mesmo regime jurídico do Ministério Público."

Justificativa:

A emenda pretende sanar o tratamento dispare, existente no projeto, para com os delegados de polícia, em razão do dispensado aos promotores públicos, procuradores e defensores públicos. Militam os policiais bacharéis no universo da repressão criminal, como seus colegas daquelas carreiras afins, não se justificando, portanto, discriminação inferiorizante, máxime pelas agruras de seus misteres.

Parecer:

A emenda propõe definir o regime de funcionamento da carreira de Delegado de Polícia. Entendemos que o § 4o do mesmo artigo 169 determina que "a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública"... Assim sendo, não cabe ter acatamento a emenda apresentada.

EMENDA:01333 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT/RS)

Texto:

Acrescente-se às disposições do Projeto de Constituição o seguinte artigo:
"Art. - É assegurado aos integrantes das carreiras de Delegado de Polícia, com dez anos de efetivo exercício no cargo, paridade de vencimentos com os membros do Ministério Público."

Justificativa:

A emenda visa sanar injustiça remuneratória entre carreiras afins, para ingresso nas quais se exige os mesmos requisitos. Militam os policiais bacharéis no universo da repressão criminal, com mais intensidade e risco de vida do que os Promotores Públicos, contudo há inferioridade salarial, inexplicável para aqueles, que em determinadas unidades da federação não percebem sequer a quinta parte destes.

Parecer:

Emenda ao ato das disposições gerais e transitórias, com o fim de instituir paridade de vencimentos entre delegados de polícia e membros do ministério público. O projeto consigna, em seu art. 44, parágrafo 11, princípio dos mais avançados em termos de política de remuneração e de sistemas de mérito, qual seja o da proibição categórica de equiparação de qualquer natureza para fins remuneratórios. Pela REJEIÇÃO.

EMENDA:01855 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALÉRCIO DIAS (PFL/AC)

Texto:

Inclua-se mais um parágrafo, o é 6o, ao Art. 169, integrante do Capítulo III - Da Segurança Pública -, do Título V, com o seguinte teor:
Art. 169.....
§ 6o. - "Aos delegados de polícia, que ingressarão na carreira, atendidos os requisitos e exigências

de lei para o recrutamento, mediante concurso público de provas e títulos, observada na nomeação a ordem de classificação, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na organização e realização do concurso, em todas as suas fases, e aos Oficiais Superiores das polícias militares e corpos de bombeiros militares aplicam-se vedações e se assegura o regime jurídico de remuneração previstos para o Ministério Público, correspondente no âmbito Federal, e dos Estados."

Justificativa:

As polícias militar e civil cumprem missões essenciais ao equilíbrio e segurança, e à paz social. A complexidade dos modos e formas de convivência, fruto do processo do desenvolvimento, passa a exigir o aparelhamento compatível dos organismos que, em nome e proteção da liberdade e dos direitos dos cidadãos, dedicam-se à segurança pública. Materialmente é preciso preparar as instituições com recursos atualizados, modernos, adequados às exigências do presente e prever os ajustes que o progresso científico e tecnológico estão a impor a cada instante. Simultaneamente, é imperioso que o componente humano esteja, em constante processo de atualização e aperfeiçoamento. Aos profissionais incumbidos das missões mais complexas e de maior responsabilidade dirige-se e faz convergir a cobrança da sociedade, no particular, por segurança. A qualificação, o preparo técnico e profissional são requisitos e fatores de fundamental relevância neste contexto e as estruturas de grau superior de responsabilidade para assegurar a tranquilidade, o equilíbrio na vida social, não de estar munidas de meios e Instrumental e supridas de condições e recursos sem os quais certamente advirá o prejuízo, o dano social irreparável, de graves consequências para o convívio e a paz que se reclama, a todo o instante. Por isso, é mister que se cuide, com prioridade, do recrutamento desta força de trabalho e se definam os requisitos e exigências ao ingresso na carreira, como se propugna, com a presente proposição de emenda. De igual sorte, fundamental é que um mínimo de proteção e garantia se estipule aos exercentes de funções e missões tão espinhosas de alto risco, e imprescindíveis à sociedade democraticamente organizada. A remuneração há de estar, pois, situada em determinado patamar e a salvo das inquietações mais elementares da condição da sobrevivência humana, com um mínimo de dignidade. O delegado de polícia, federal ou estadual, de carreira, e, bem assim, o oficial superior das polícias militares ou dos corpos de bombeiros militares, com formação e nível de qualificação de suficiência plena ao grau de complexidade das missões que lhes estão afetas, devem portanto, é iniludível, merecer retribuição e remuneração por seu trabalho, compatível, como se propõe, em alguns Estados da Federação já se consagrou na legislação, fixando-se por igual vedações que se justifiquem, tanto quanto se consigna de referência ao Ministério Público que, no particular, serve de parâmetro e referencial. Entender-se-á, inclusive, que a acolhida desta proposição deverá significar o sentido de uma decisão de profundo conteúdo de justiça com estas categorias de servidores do povo, de quem, por vezes, o povo reclama, por não estar obrigado a avaliar, e também, por não poder aferir, muitas vezes, o quanto de vicissitudes que enfrentam estes servidores no seu desempenho profissional e na luta pela própria sobrevivência. As deficiências do aparelhamento policial, no seu sentido abrangente, incluindo a polícia militar, a polícia civil e os corpos de bombeiros militares, constituem, ainda no Brasil, um sério e grave desafio, carências que atingem, duramente, o tratamento e o valor atribuídos pela sociedade e pelos poderes constituídos ao policial militar, lastimavelmente. É preciso, com urgência, vencer, superar esta situação que não pode perdurar, sob pena de agravar-se o quadro dramático relativo a segurança pública e violência neste país. Todos os esforços, meios e recursos devem ser mobilizados em prol desta causa. Nada de significativo, no entanto, se produzirá sem o devido respeito e consideração ao componente humano, sem atribuir compatível e condigna remuneração ao trabalho a cargo de profissionais com nível de capacitação e qualificação técnica e experiência, que justificam esta proposição.

Parecer:

A matéria deve ser tratada através da legislação ordinária. Somos, pois, pela rejeição.

EMENDA:02045 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emenda de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

Texto:

Dispositivo emendado – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS.
Dê-se ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS E TRANSITÓRIAS
[...]

Art. 67. É assegurada, aos integrantes da carreira de Delegados de Polícia, após dez anos de efetivo exercício no cargo, paridade de vencimentos com os membros do Ministério Público.
[...]

Assinaturas

- | | | |
|----------------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| 1. Bonifácio de Andrade | 41. Dirce Tutu Quadros | 81. José Tinoco |
| 2. Carlos Sant'anna | 42. José Elias Murad | 82. João Castelo |
| 3. Délio Braz | 43. Mozarildo Cavalcanti | 83. Guilherme Palmeira |
| 4. Gilson Machado | 44. Flávio Rocha | 84. Ismael Wanderley |
| 5. Nabor Júnior | 45. Gustavo de Faria | 85. Antônio Câmara |
| 6. Geraldo Fleming | 46. Flávio Palmier da Veiga | 86. Henrique Eduardo Alves |
| 7. Osvaldo Sobrinho | 47. Gil César | 87. Djenal Gonçalves |
| 8. Osvaldo Coelho | 48. João da Mata | 88. José Egreja |
| 9. Hilário Braun | 49. Dinísio Hage | 89. Ricardo Izar |
| 10. Edivaldo Motta | 50. Leopoldo Peres | 90. Afif Domingos |
| 11. Paulo Zarzur (Em Apoiamento) | 51. Expedito Machado | 91. Jayme Paliarin |
| 12. Nilson Gibson | 52. Manoel Viana | 92. Delfim Netto |
| 13. Milton Reis | 53. Mário Bouchardet | 93. Farabulini Júnior |
| 14. Marcos Lima | 54. Melo Freire | 94. Fausto Rocha |
| 15. Milton Barbosa | 55. Leopoldo Bessone | 95. Tito Costa |
| 16. Daso Coimbra | 56. Aloísio Vasconcelos | 96. Caio Pompeu |
| 17. João Resek | 57. Roberto Torres | 97. Felipe Cheidde |
| 18. Roberto Jeffereson | 58. Arnaldo Faria de Sá | 98. Virgílio Galassi |
| 19. João Menezes | 59. Amaral Netto | 99. Manoel Moreira |
| 20. Vingt Rosado | 60. Antônio Salim Curiati | 100. Victor Fontana |
| 21. Cardoso Alves | 61. José Luiz Maia | 101. Orlando Pacheco |
| 22. Paulo Roberto | 62. Carlos Virgílio | 102. Ruberval Pilotto |
| 23. Lourival Batista | 63. Ezio Ferreira | 103. Jorge Bornhausen |
| 24. Rubem Branquinho | 64. Sadie Hauache | 104. Alexandre Puzyna |
| 25. Cleonânicio Fonseca | 65. José Dutra | 105. Artenir Werner |
| 26. Fernando Gomes | 66. Carrel Benevides | 106. Cláudio Ávila |
| 27. Agripino de Oliveira Lima | 67. Joaquim Sucena (Em Apoiamento) | 107. José Agripino |
| 28. Narciso Mendes | 68. Luiz Marques | 108. Divaldo Suruagy |
| 29. Marcondes Gadelha | 69. Orlando Bezerra | 109. Rosa Prata |
| 30. Mello Reis | 70. Furtado Leite | 110. Mário de Oliveira |
| 31. Arnold Fioravante | 71. Siqueira Campos | 111. Sílvio de Abreu |
| 32. Jorge Arbage | 72. Aluísio Campos | 112. Luiz Leal |
| 33. Chagas Duarte | 73. Eunice Michilis | 113. Genésio Bernardino |
| 34. Álvaro Pacheco | 74. Samir Achoa | 114. Alfredo Campos |
| 35. Felipe Mendes | 75. Maurício Nasser | 115. Theodoro Mendes |
| 36. Alysson Paulinelli | 76. Mauro Sampaio | 116. Amilcar Moreira |
| 37. Aloysio Chaves | 77. Stélio Dias | 117. Oswaldo Almeida |
| 38. Sotero Cunha | 78. Airton Cordeiro | 118. Ronaldo Carvalho |
| 39. Messias Góis | 79. José Carmargo | 119. José Freire |
| 40. Gastone Righi | 80. Matos Leão | 120. José Mendonça Bezerra |
| | | 121. José Lourenço |

- | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|----------------------------------|
| 122. Vinicius Cansanção | 170. Dionísio Dal Prá | 219. Waldeck Ornelas |
| 123. Ronaro Corrêa | 171. Jacy Scanagatta | 220. Francisco Benjamin |
| 124. Paes Landim | 172. Basílio Vilani | 221. Etevaldo Nogueira |
| 125. Alécio Dias | 173. Osvaldo Trevisan | 222. João Alves |
| 126. Mussa Demes | 174. Renato Johnsson | 223. Francisco Diogenes |
| 127. Jessé Freire | 175. Ervin Bonkoski | 224. Antonio Carlos Mendes Thame |
| 128. Gandi Jamil | 176. Jovanni Masini | 225. Jairo Carneiro |
| 129. Alexandre Costa | 177. Paulo Pimentel | 226. José Lins |
| 130. Albérico Cordeiro | 178. José Carlos Martin | 227. Rita Furtado |
| 131. Iberê Ferreira | 179. Arolde de Oliveira | 228. Jairo Azi |
| 132. José Santana de Vasconcellos | 180. Rubem Medina | 229. Fabio Raunhetti |
| 133. Christovam Chiaradia | 181. Francisco Sales | 230. Feres Nader |
| 134. Oscar Corrêa | 182. Assis Canuto | 231. Eduardo Moreira |
| 135. Maurício Campos | 183. Chagas Neto | 232. Manoel Ribeiro |
| 136. Asdrubal Bentes | 184. José Viana | 233. José Melo |
| 137. Jarbas Passarinho | 185. Lael Varella | 234. Jesus Tajra |
| 138. Gerson Peres | 186. Denisar Arneiro | 235. Aécio de Borba |
| 139. Carlos Vinagre | 187. Jorge Leite | 236. Bezerra de Melo |
| 140. Fernando Velasco | 188. Aloisio Teixeira | 237. Nyder Barbosa |
| 141. Arnaldo Moraes | 189. Roberto Augusto | 238. Pedro Ceolin |
| 142. Fausto Fernandes | 190. Messias Soares | 239. Homero Santos |
| 143. Domingos Juvenil | 191. Dalton Canabrava | 240. Chico Humberto |
| 144. José Elias | 192. Merluce Pinto | 241. Osmundo Rebouças |
| 145. Rodrigues Palma | 193. Ottomar Pinto | 242. Enoc Vieira |
| 146. Levy Dias | 194. Olavo Pires | 243. Joaquim Haichel |
| 147. Rubem Figueiró | 195. Sergio Werneck | 244. Edison Lobão |
| 148. Rachid Saldanha Derzi | 196. Raimundo Rezende | 245. Vitor Trovão |
| 149. Ivo Cersósimo | 197. José Geraldo | 246. Onofre Correa |
| 150. João Lobo | 198. Alvaro Antonio | 247. Alberico Filho |
| 151. Inocêncio Oliveira | 199. Irapuan Costa Junior | 248. Vieira da Silva |
| 152. Salatiel Carvalho | 200. Roberto Balestra | 249. Costa Ferreira |
| 153. José Moura | 201. Luiz Soyer | 250. Elieser Moreira |
| 154. Marco Maciel | 202. Naphtali Alves Souza | 251. José Teixeira |
| 155. José Mendonça Bezerra | 203. Jalles Fontoura | 252. Julio Campos |
| 156. Ricardo Fiuza | 204. Paulo Roberto Cunha | 253. Ubiratan Spinelli |
| 157. Paulo Marques | 205. Pedro Canedo | 254. Jonas Pinheiro |
| 158. Telmo Kirst | 206. Lucia Vania | 255. Louremberg Nunes Rocha |
| 159. Darcy Pozza | 207. Nion Albernaz | 256. Roberto Campos |
| 160. Arnaldo Prieto | 208. Fernando Cunha | 257. Cunha Bueno |
| 161. Osvaldo Bender | 209. Antonio de Jesus | 258. Francisco Carneiro |
| 162. Adylson Motta | 210. Luiz Eduardo | 259. Meira Filho |
| 163. Paulo Mincarone | 211. Eraldo Tinoco | 260. Marcia Kubistschek |
| 164. Adrioaldo Streck | 212. Benito Gama | 261. Annibal Barcellos |
| 165. Victor Faccioni | 213. Jorge Viana | 262. Geovani Borges |
| 166. Luis Roberto Ponte | 214. Angelo Magalhães | 263. Eraldo Trindade |
| 167. João de Deus Antunes | 215. Max Rosenmann | 264. Antonio Ferreira |
| 168. Matheus Iensen | 216. Leur Lomanto | 265. Maria Lucia |
| 169. Antônio Ueno | 217. Jonival Lucas | |
| | 218. Sergio Brito | |

266. Maluly Neto	273. Odacir Soares	281. Franciscos Coelho
267. Carlos Alberto	274. Mauro Miranda	282. Francisco Rolemberg
268. Gidel Dantas	275. Sarney Filho	283. Albano Franco
269. Adauto Pereira	276. Cesar Cals Neto	284. Erico Pegoraro
270. José Carlos Coutinho	277. Osmar Leitão	285. Carlos de Carli
271. Wagner Lago	278. Simão Sessin	286. Evaldo Gonçalves
272. João Machado	279. Miraldo Gomes	287. Raimundo Lira
Rolemberg	280. Antonio Carlos Franco	

Justificativa:

Os dispositivos acima contém matéria de adaptação das normas constitucionais permanentes às situações jurídicas anteriores da emenda nº 1 à Constituição de 1967 ao novo cenário de direito instituído pela Constituição que deverá ser promulgada. São providências legais de ordem peculiar em que, por diversos meios, o constituinte procura corresponder aos anseios das diversas camadas sociais nessa fase de transformação legal. Merece, por estas razões, o apoio do Plenário.

Parecer:

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários. No mérito, opino pela aprovação, nos termos da emenda "Centrão".

PELA APROVAÇÃO:

Art. 1º ("caput"); Art. 2º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 3º ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 4º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º; Art. 5º ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 6º ("caput"), incisos I e II, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º; Art. 8º ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º; Art. 9º ("caput"); Art. 10 ("caput"), Parágrafo único; Art. 11 ("caput"); Art. 12 ("caput"), § 1º, incisos I e II, alíneas "a", "b" e "c", §§ 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 13 ("caput"), § 1º, incisos I, II, III, IV e V, § 2º, incisos I, II e III; Art. 14 ("caput"); Art. 15 ("caput"), Parágrafo único; Art. 16 ("caput"), incisos I e II, §§ 1º e 2º; § 1º do Art. 17; Art. 18 ("caput"); Art. 20 ("caput"), Parágrafo único; Art. 22 ("caput"); Parágrafo único do Art. 23; Art. 24 ("caput"); Art. 25 ("caput"); Art. 26 ("caput"); Art. 27 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 28 ("caput"); Art. 29 ("caput"); Art. 32 ("caput"); Art. 33 ("caput"); Art. 34 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 36 ("caput"); Art. 37 ("caput"); Art. 38 ("caput"), §§ 12, 22 e 32; Art. 39 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 40 ("caput"); Art. 41 ("caput"); Art. 42 ("caput"); Art. 43 ("caput"); Art. 44 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 47 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 48 ("caput"); Art. 49 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 50 ("caput"); Art. 51 ("caput"); Art. 52 ("caput"); Art. 53 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 55 ("caput"); Art. 56 ("caput"); Art. 57 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º; Art. 58 ("caput"); Art. 60 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; Art. 61 ("caput"); Art. 62 ("caput"); Art. 63 ("caput"); Art. 64 ("caput"); Art. 65 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 68 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 69 ("caput"); Art. 71 ("caput"); Art. 72 ("caput").

PELA REJEIÇÃO:

§ 6º do Art. 6º (Emenda nº 739-2, Lourival Baptista); Art. 7º ("caput"); § 1º do Art. 11 (Emenda nº 1901-3, Genebaldo Correia); Art. 17 ("caput"), § 22; Art. 19 ("caput"); Art. 21 ("caput"); Art. 23 ("caput"); § 22 do Art. 27; Art. 30 ("caput"); Art. 31 ("caput"); Art. 35 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º e 4º (Emenda nº 73-8, Cunha Bueno); Art. 44 ("caput") (Emenda nº 1942-1, Mário Covas); Art. 45 ("caput"), §§ 1º e 2º (Emenda nº 1943, Mário Covas); Art. 54 ("caput") (Emenda nº 754-6, Jarbas Passarinho); Art. 59 ("caput") (Emenda nº 14-2, Valmir Campelo); Art. 66 ("caput"); Art. 67 ("caput").

FASE U

EMENDA:00157 PREJUDICADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

Texto:

Dê-se ao art. 26 do Ato das Disposições Transitórias para que não haja contradição ao que foi aprovado no 1o. turno a seguinte redação:
"Art. 26 - Aos Delegados de Polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 40, § 1o., correspondente as carreiras disciplinadas no art. 140 da Constituição".

Justificativa:

No 1º turno de votação foi aprovado projeto do Centrão que equiparou expressamente os delegados de Polícia aos membros do Ministério Público, no que toca a vencimentos. Havia emenda supressiva proposta pelo Deputado Antônio Perosa que, contudo, foi retirada.

Era tranquilo, portanto, a prevalência da tese da equiparação salarial no aludido 1º turno, já que não havia emenda supressiva a discutir, em face da retirada mencionada. Entretanto, em razão de reiteradas ponderações feitas por alguns Deputados e para não estabelecer nenhum confronto com os ilustres membros do Ministério Público, encontrou-se fórmula pela qual aos Delegados de Polícia se aplicaria o mesmo princípio estabelecido para as carreiras jurídicas em geral: Juízes de Direito, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Estado.

Daí porque reunirem-se os Deputados Roberto Cardoso Alves, Ibsen Pinheiro, Farabulini Júnior, Michel Temer, Plínio de Arruda Sampaio, Paulo Ramos, Ubiratan Aguiar, João de Deus Antunes, representando as várias categorias profissionais e as lideranças, com o objetivo de encontrar uma solução. Esta veio pela seguinte forma aplicou-se aos Delegados de Polícia o mesmo princípio que se aplicou às aludidas carreiras, ou seja, estabeleceu-se uma remissão ao art. que assegura aos servidores de atribuições iguais ou assemelhadas, isonomia de vencimentos, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Todos os Deputados presentes redigiram e firmaram o documento que consubstanciou o novo preceito e assinalaram, ainda, que "O fim deste acordo é estabelecer o princípio da isonomia dos vencimentos dos Delegados de Polícia carreira, com a norma constitucional que estabelece a isonomia de vencimentos entre os Magistrados, os membros do Ministério Público, os Procuradores do Estado e os Defensores Públicos. Brasília, 29.06.88. Reistir a modificações". (Seguem-se as assinaturas) Doc. 01. A declaração de voto do Deputado Farabulini Júnior, despachada por Vossa Excelência, para que constasse dos Anais, bem ilustra, também, o real espírito do dispositivo (Doc. 02). Ocorre, entretanto, que o Projeto de Constituição "B", do eminente senhor Relator, fez remissão que redundou exatamente no oposto: proibiu a vinculação, já que se referiu ao art. 38, XIII, quando deveria referir-se ao art. 40, § 1º.

A referência no art. fruto do acordo, foi feita ao art. 44, §1º, tendo em vista o Projeto da Sistematização, tal como noticiou, aliás, o Jornal da Constituinte (Doc. 03).

De outra forma, não é de se alegar que a remissão, para a redação final, tinha sido feita aos arts. 44, § 8º do Substitutivo do Centrão ou do texto aprovado em 1º turno (vencido), porque ambos se referem a dispositivos diversos dos aqui enfocados.

Assim tendo em vista as evidências apontadas impõe-se seja sanada a contradição do dispositivo em tela.

Parecer:

Pretende a emenda modificar a redação do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para sanar contradição com o aprovado no 1o. turno de discussão e votação.

A proposição está prejudicada à vista da errata proposta por esta Relatoria (Of. 235/88-GR de 07.07.88) e publicada após despacho do Sr. Presidente em exercício da Assembleia Nacional Constituinte.

EMENDA:00186 RETIRADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTÔNIO DE JESUS (PMDB/GO)

Texto:

Transponha-se o art. 26 do Ato da Disposições Constitucionais Transitórias para o Título IX - das Disposições Gerais –

Justificativa:

A norma estabelecida no art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Projeto de Constituição "B" é, sem qualquer dúvida, uma norma de caráter geral e permanente.

É da mesma natureza e encerra o mesmo objetivo do art. 140 da seção III do capítulo IV do Título IV do Projeto, que dispõe sobre a aplicação do princípio da isonomia de vencimentos, consagrado no § 1º do art. 140.

Impõe-se, consequentemente, entre outras razões, pela observância de boa técnica legislativa e constitucional, sua transposição para o Título IX, das Disposições Gerais, integrando-o no corpo da Constituição.

Parecer:

Não há por que transpor, como quer a emenda, o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para o Título IX - Disposições Gerais. Trata-se de benefício a ser concedido apenas aos atuais servidores que menciona o dispositivo.

Pela rejeição.

EMENDA:00881 RETIRADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB/PE)

Texto:

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 26

Art. 26 - Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 38, XIII, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 140 da Constituição:

Justificativa:

Emenda sem justificação.

Parecer:

Pela rejeição nos termos dos pareceres que ofereci às emendas 2T00157-6 e 2T00186-0.

EMENDA:01199 RETIRADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OTTOMAR PINTO (PMDB/RR)

Texto:

Suprima-se o artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Justificativa:

A norma, cuja supressão se propõe, ofende, de modo frontal, o princípio reitor que norteou, sem vacilações, até este momento, a atividade da Assembléia Nacional Constituinte: a repulsa a qualquer tipo de equiparação em matéria salarial ou remuneratória. O texto suprimindo consagra inadmissível ficção jurídica, ao equiparar, para efeitos remuneratórios, cargos com inassimiláveis conteúdos ocupacionais, tendo merecido ponderada, mas categórica, crítica do eminente Desembargador ODYR PORTO, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que é, atualmente, o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (v. "Alguns excessos das Disposições Transitórias", in "Folha de São Paulo", edição de 6.7.88, p. A-3).

Parecer:

A presente proposição pretende a supressão do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O texto do art. 26, oriundo do primeiro turno, resultou de exaustiva análise e amplo debate e deve ser mantido. Pela Rejeição.

FASE W

EMENDA:00089 EM ANALISE

Fase:

W - Proposta de Redação

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MOEMA SÃO THIAGO (PSDB/CE)

Texto:

Dê-se ao Artigo 240 a seguinte redação:
Art. 240. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se
O princípio do art. 38, § 1o., havendo cargos de atribuições iguais ou assemelhados, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho, correspondente às carreiras disciplinares no art. 135 desta Constituição.

Justificativa:

O Dep. Bernardo Cabral, mais de uma vez, assentou que o dispositivo emendado não impõe equiparação de vencimentos, mas apenas diz ser aplicável a tais carreiras o princípio da isonomia, já previsto no Art. 38, § 1º, quando esteja presente o pressuposto dessa paridade, ou seja, que a igualdade de remuneração terá cabimento quando e onde houver cargos de atribuições iguais ou assemelhados. O mesmo esclarecimento foi dado pelo Dep. Nelson Jobim, bem como por outras lideranças. O próprio defensor, em Plenário, desse preceito, Dep. Miro Teixeira, quando sustentava oralmente a sua posição contrária à Emenda 0253-0, de minha autoria, supressiva do então Artigo 140, atual 135, prestou idêntico depoimento --É incontroverso, pois, no Colégio de Lideranças, que tal dispositivo apenas determina paridade de vencimentos quando e onde houver, repita-se, cargos de atribuições iguais ou assemelhados. --Contudo, recentemente, o Min. da Fazenda, em entrevista amplamente divulgada, informou estar a procura de recursos para atender a "equiparação" salarial ditada nesses dispositivos (Arts. 135 e 240), sendo essa "equiparação" também anunciada no Jornal Nacional, da TV Globo, de 02.09.88. --Assim e procurando evitar essas distorcidas interpretações, a presente Proposta de Redação, sem alterar a dispositivo, sem nada acrescentar à norma nele contida, visa somente explicitar o seu verdadeiro sentido, repetindo, literalmente, a remissão nele contida (Art. 38, §1º). A mesma explicitação, a mesma repetição literal da mesma remissão, se há de fazer no Art. 135.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 241 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.